



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 76/98:

Aprova o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental.

Decreto n.º 77/98:

Aprova o Regulamento da Cobrança, do Pagamento e do Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Decreto n.º 78/98:

Aprova o Regime Especial do Imposto sobre o Valor Acrescentado aplicável às agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos.

Decreto n.º 79/98:

Aprova o Regime Especial do Imposto sobre o Valor Acrescentado aplicável às transmissões de bens em segunda mão efectuadas por sujeitos passivos revendedores e por organizadores de vendas em sistema de leilão.

Resolução n.º 61/98:

Ratifica o Acordo de Donativo celebrado entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional de Desenvolvimento assinado em Washington D.C. — Estados Unidos da América — no dia 21 de Dezembro de 1998, no montante de SRD 109 500 000 (cento e nove milhões e quinhentos mil Direitos Especiais de Saque), destinado ao financiamento da "Economic Management Reform Operation (EMRO)."

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 76/98

de 29 de Dezembro

O processo de avaliação do impacto ambiental nas suas diferentes formas e fases é o instrumento de política e gestão

ambiental apropriado para antever as possíveis consequências para o ambiente e para a comunidade na adopção de uma determinada política ou aprovação de um empreendimento.

A Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro, estabelece o regime do licenciamento ambiental com base no processo de avaliação do impacto sobre o ambiente, de empreendimentos ou de actividade de determinado vulto e ou natureza, remetendo a sua normação para regulamento específico.

Assim, nos termos do artigo 33 da Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro, o Conselho de Ministros decreta:

Único. É aprovado o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental, em anexo, que é parte integrante deste decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1

Definições

Para efeitos do presente regulamento:

- Área de Influência:* é a área e o espaço geográfico directa ou indirectamente afectados pelos impactos ambientais de uma actividade.
- Comunidade:* é um grupo de pessoas situadas na área de influência de uma actividade proposta, e que não se circunscrevem, necessariamente, a uma aldeia ou a um distrito.
- Consulta pública:* é o processo de auscultação do parecer dos diversos sectores da sociedade civil, incluindo pessoas colectivas ou singulares, directa ou indirecta ou potencialmente afectadas pela actividade proposta.

- d) *Desenvolvimento sustentável*: é o desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também suas necessidades.
- e) *Entidade governamental responsável pela gestão do ambiente*: é o órgão do governo central ou local que dirige a execução da política do ambiente.
- f) *Licença ambiental*: é o certificado confirmativo da viabilidade ambiental de uma actividade proposta, emitido pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- g) *Monitorização*: é a medição regular e periódica das variáveis ambientais representativos da evolução dos impactos ambientais da actividade após o início da implantação do projecto de uma actividade (os dados básicos constituindo as medições anteriores ao início da actividade) para documentar as alterações que foram causadas, com o objectivo de verificar a ocorrência dos impactos previstos e a eficácia das respectivas medidas mitigadoras.
- h) *Pré-avaliação*: é o processo de análise ambiental preliminar da concepção do projecto quanto aos seus potenciais impactos e definição do nível de profundidade a que o estudo do impacto deverá ser submetido, determinando-se, em consequência da sua especificidade, os respectivos Termos de Referência.
- i) *Proponente*: qualquer pessoa ou entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira, que se propõe a realizar uma actividade.
- j) *Revisão*: é o processo de análise e avaliação científica do conteúdo de um estudo do impacto ambiental, para verificar a qualidade técnica, da sua metodologia e das informações contidas no mesmo, de acordo com os Termos de Referência e Padrões de Qualidade definidos por lei.
- k) *Situação Ambiental de Referência*: é o estudo da qualidade dos componentes ambientais e de suas interações conforme se apresentem na área de influência de uma actividade, antes da sua implantação.
- l) *Termos de Referência*: é o documento que contém os parâmetros e informações específicas que deverão presidir à elaboração do estudo do impacto ambiental de uma actividade. Deve ser apresentado pelo proponente para a aprovação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, antes de iniciar o trabalho da avaliação do impacto ambiental.
- m) *Directivas*: são as orientações e parâmetros globais a que deverá submeter-se a realização da avaliação do impacto ambiental nas diferentes áreas de actividade económica e social e que serão objecto de despachos ministeriais do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- n) *Viabilidade Ambiental*: é a aptidão que uma actividade tem de ser implementada sem causar impactos negativos significativos sobre o ambiente do local de implementação ou que seus impactos negativos sejam passíveis de mitigação.

ARTIGO 2

Âmbito de aplicação

1. As disposições contidas neste diploma, aplicam-se a todas as actividades públicas ou privadas que directa ou indirectamente possam influir nos componentes ambientais, no âmbito do artigo 3 da Lei do Ambiente.
2. As actividades contidas na listagem em anexo, carecem obrigatoriamente de estudo do impacto ambiental, a ser efectuado nos termos deste regulamento.
3. Serão regidos por regulamentação específica, os estudos de impacto ambiental para as actividades de prospecção, pesquisa e produção de petróleos, gás e indústria extractiva de recursos minerais.
4. Ficam isentas da realização do estudo do impacto ambiental as propostas de actividades que visem fazer face a situações de emergência derivadas de desastre ou calamidade naturais que, entretanto, deverão receber as devidas orientações do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental ou carecer duma auditoria posterior.

ARTIGO 3

Competência em Matéria de Avaliação do Impacto Ambiental

Em matéria de avaliação do impacto ambiental compete ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental:

- a) Emitir e divulgar directivas gerais sobre o processo de avaliação do impacto ambiental;
- b) Aprovar, os Termos de Referência específicos, propostos pelo proponente de uma actividade, que servirão para orientar a realização dos estudos do impacto ambiental;
- c) Emitir periodicamente, em coordenação com os organismos de tutela, critérios e padrões ambientais actualizados a que deverão obedecer as actividades e os estudos efectuados no âmbito do processo de avaliação do impacto ambiental;
- d) Proceder, em colaboração com as entidades públicas interessadas, a sociedade civil e as comunidades, à revisão dos estudos do impacto ambiental;
- e) Emitir licenças ambientais;
- f) Registar e manter o registo dos profissionais e empresas de consultoria habilitados para a elaboração de estudos do impacto ambiental;
- g) Realizar, em coordenação com os organismos de tutela das actividades, o controlo e fiscalização das actividades licenciadas, promovendo a inspecção, monitorização dos impactos ambientais e a realização de auditorias ambientais;
- h) Accionar os mecanismos legais para, em coordenação com as instituições de tutela, embargar ou mandar destruir obras ou cancelar actividades que pela sua natureza atentem contra a qualidade do ambiente.

CAPÍTULO II

Avaliação do Impacto Ambiental

ARTIGO 4

Instrução do processo

Com vista a dar início ao processo de avaliação do impacto ambiental, promover a pré-avaliação e formular os termos de

referência específicos para orientar o estudo do impacto ambiental, os proponentes deverão apresentar ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, a seguinte documentação:

- a) Descrição, localização e caracterização da actividade;
- b) Sumário Executivo do Projecto;
- c) Informação sobre o ambiente no lugar de implementação da actividade.

ARTIGO 5

Pré-avaliação

1. Todas as actividades não abrangidas pelo anexo do presente diploma e susceptíveis de causar impactos significativos sobre o ambiente, deverão ser objecto de pré-avaliação a ser efectuada pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

2. O objectivo da pré-avaliação será determinar se é ou não necessário o estudo do impacto ambiental.

3. Quando a pré-avaliação indicar que os impactos ambientais de uma actividade ou empreendimento são já conhecidos, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental passará a respectiva licença ambiental.

ARTIGO 6

Estudo do impacto ambiental

1. A realização do estudo do impacto ambiental e do programa de monitorização é uma obrigação da inteira responsabilidade dos proponentes da actividade.

2. O estudo do impacto ambiental deverá conter, no mínimo:

- a) A delimitação e representação geográfica, assim como, a situação ambiental de referência da área de influência da actividade;
- b) A descrição da actividade e suas alternativas, nas etapas de planificação, construção, exploração e, quando for o caso de actividade temporária, a sua desactivação;
- c) A comparação das alternativas consideradas e a previsão da situação ambiental futura da área de influência, nos casos de adopção de cada alternativa;
- d) A identificação e avaliação das medidas mitigadoras;
- e) O programa de gestão ambiental do empreendimento, que inclui a monitorização dos impactos e os planos de prevenção e contingência de acidentes;
- f) Identificação da equipe que elaborou o estudo pretendido.

3. O estudo do impacto ambiental deverá, ainda, conter um resumo não técnico com as principais questões abordadas e conclusões propostas, para efeitos de consulta pública.

4. O estudo do impacto ambiental deve ser apresentado ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, sob a forma de relatório, redigido em língua portuguesa.

ARTIGO 7

Consulta pública

1. Para a realização da consulta pública no período da avaliação do impacto ambiental o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental deverá adoptar os métodos que, caso a caso, se mostrem mais adequados para o alcance dos objectivos pretendidos, garantindo um acesso pleno a toda a informação existente e na sua posse sobre a matéria.

2. O período e os procedimentos da consulta pública, incluindo os da divulgação e do recebimento de petições, deverão ser amplamente divulgados pelo proponente, segundo a orientação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, de modo a atingir as comunidades afectadas pelo projecto.

3. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental deve convocar audiência pública, sempre que a dimensão ou efeitos previsíveis do projecto o justifiquem ou seja para isto solicitada por entidade pública ou privada interessada na actividade ou associação de defesa do ambiente legalmente constituída.

4. Na audiência pública, têm o direito de participar ou se fazer representar os membros da sociedade civil, órgãos locais do poder, de associações económicas, de centros de ensino e investigação, que tenham algum interesse directo ou indirecto na actividade proposta.

5. Todas as manifestações e exposições orais feitas na audiência pública ou por escrito, apresentadas aos órgãos locais ou ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, até dez dias antes do encerramento do período de revisão do estudo do impacto ambiental, em conformidade com o artigo 9 do presente regulamento, serão consideradas na decisão sobre a licença ambiental da actividade, desde que se relacionem com seus impactos ambientais directos ou indirectos.

6. O relatório final descritivo da consulta pública especificará as diligências efectuadas, a participação registada, as questões suscitadas nos debates, as exposições e manifestações recebidas em tempo útil, acompanhadas das respectivas respostas e conclusões.

ARTIGO 8

Crítérios de avaliação

1. Os resultados da avaliação da actividade proposta serão determinados com base nos seguintes factores:

- a) Número de pessoas e comunidades abrangidas;
- b) Ecossistemas, plantas e animais afectados;
- c) Localização e extensão da área afectada;
- d) Duração e intensidade do impacto;
- e) Efeitos directos, indirectos, potenciais, globais e cumulativos do impacto;
- f) Reversibilidade ou irreversibilidade do impacto.

2. A avaliação do impacto ambiental deverá submeter-se aos padrões de qualidade ambiental e aos níveis máximos toleráveis de contaminação relativamente ao ar, água, solo e ecossistemas naturais.

3. Até que sejam adoptados padrões específicos nacionais, deverão ser observados os padrões estabelecidos pelos organismos internacionais e as convenções internacionais ratificadas por Moçambique.

ARTIGO 9

Revisão do estudo do impacto ambiental

1. Recebido o estudo do impacto ambiental e verificado o cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental procederá à sua revisão técnica.

2. A revisão técnica do estudo do impacto ambiental poderá ser executada por comité instituído para esta finalidade, coordenado pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental e composto por representantes do ministério de tutela da actividade, de outras entidades governamentais, das universidades e de centros de investigação na área do ambiente.

3. A longo do período de revisão, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental poderá solicitar informações complementares ao estudo do impacto ambiental, sobre aspectos dos termos de referência específicos aprovados quando da fase de pré-avaliação e que não tenham sido plenamente atendidos.

4. A revisão dos estudos do impacto ambiental poderá ser feita, quando a dimensão e complexidade assim o exigir, com recurso a contratação privada de especialistas em diversas matérias. Os especialistas assim contratados deverão declarar por escrito, previamente a sua contratação, que não tem nem nunca tiveram qualquer conflito de interesses relacionado directa ou indirectamente com o projecto em análise e que não pertencem a qualquer grupo de pressão com ligações a interesses competitivos aos que estão a ser objecto de análise e revisão.

5. Após a revisão do estudo do impacto ambiental, que será feita com base nos Termos de Referência aprovados no período de pré-avaliação, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental tomará uma decisão sobre a viabilidade ambiental da actividade proposta.

6. O parecer técnico da equipe encarregada da revisão e a respectiva argumentação deverão ser objecto de registo em Acta assinada por todos os profissionais e técnicos envolvidos. Esta Acta deverá fazer parte integrante do processo de licenciamento da actividade e constituirá a fundamentação da decisão sobre o licenciamento ambiental da actividade proposta.

7. Sendo rejeitado o estudo do impacto ambiental por omissão de informação ou por não obedecer aos termos de referência, directivas e padrões de análise estipulados por lei, a documentação será devolvida ao proponente, acompanhada da respectiva fundamentação legal e científica.

8. O proponente suportará os custos da reformulação do estudo do impacto ambiental, de acordo com as directrizes a serem para o efeito emitidas pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

ARTIGO 10

Decisão sobre a viabilidade ambiental

1. Quando for comprovada a viabilidade ambiental das actividades propostas, será emitida a respectiva licença ambiental.

2. Em caso de objecção grave que impossibilite a aceitação e licenciamento ambiental das actividades propostas, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental tomará uma das seguintes decisões:

- a) Comunicação escrita da rejeição completa da proposta com a devida fundamentação técnico-científica e legal;
- b) Comunicação escrita da necessidade de introdução de alterações à proposta, com a indicação das alterações a efectuar e com a respectiva fundamentação técnico-científica e legal.

ARTIGO 11

Prazo para comunicação de decisões

1. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental deverá observar os seguintes prazos:

- a) Pré-avaliação: até cinco dias úteis;
- b) Revisão do estudo do impacto ambiental: até sessenta dias úteis;
- c) Emissão de licenças ambientais: até dez dias úteis após ter decorrido o prazo de análise referido na alínea b);
- d) Comunicação da rejeição das propostas ou da necessidade de alterações: até dez dias úteis após ter decorrido o prazo de análise referido na alínea b).

2. Em casos excepcionais devidamente fundamentados e comunicados por escrito ao proponente, a entidade governamental responsável pela gestão do ambiente poderá prorrogar os prazos estabelecidos no número anterior por um período não superior a trinta dias.

3. Os prazos indicados neste artigo são contados a partir da data de registo da entrada do estudo do impacto ambiental, sendo interrompidos sempre que forem exigidas informações complementares, e retomados até que estas sejam devidamente apresentadas pelo proponente.

CAPÍTULO III

Licença ambiental

ARTIGO 12

Validade

1. Será considerada caduca e de nenhum efeito toda a licença ambiental cuja actividade não seja efectivamente iniciada nos dois anos seguintes à sua emissão.

2. Decorrido o prazo referido no número anterior, o proponente ainda interessado na actividade licenciada deverá submeter ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental um pedido escrito solicitando a prorrogação do prazo de validade da licença, podendo aquele tomar uma das seguintes decisões:

- a) Actualizar a licença por a considerar ainda válida e compatível com as circunstâncias do momento;
- b) Exigir a actualização total ou parcial do estudo do impacto ambiental.

3. A decisão do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental será comunicada no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data da recepção do pedido escrito.

CAPÍTULO IV

Consultores ambientais

ARTIGO 13

Registo de consultores ambientais

1. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental criará um sistema de registo de consultores em avaliação do impacto ambiental.

2. Só poderão realizar estudos de impacto ambiental, em Moçambique, os especialistas e técnicos médios e superiores que estejam registados nos termos do presente artigo.

3. O registo poderá ser feito na qualidade de consultor individual, sociedade de consultoria ou consórcio de sociedades de consultoria.

4. A emissão do certificado de registo acima referido será feita mediante o pedido por escrito dos interessados contendo os seguintes dados sobre os consultores:

- a) Nome, nacionalidade, profissão, local de trabalho, residência habitual;
- b) Certificado de qualificação académica superior para o técnico sénior e certificado de qualificação técnica para o técnico médio;
- c) *Curriculum vitae*, demonstrativo da sua experiência e conhecimento da realidade e dos problemas do ambiente em Moçambique e noutros países da região da África Austral;
- d) O consultor individual deverá ainda apresentar o número de contribuinte para efeitos de imposto e uma declaração de que não é funcionário ou contratado do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental;
- e) No caso de sociedade e para além das informações relativas aos seus consultores nos termos das alíneas anteriores, deverá submeter ainda o portfólio de estudos já realizados, o número de matrícula no Registo Comercial e o número de registo como contribuinte para efeito de impostos;
- f) Prova de seguro profissional colectivo ou singular.

5. Os estrangeiros que pretendam exercer consultoria ambiental no país, para além de preencherem os requisitos estipulados no número anterior, deverão observar os condicionalismos legais impostos pela legislação laboral para estrangeiros em vigor, sem prejuízo dos condicionalismos impostos pelas ordens ou associações profissionais.

6. Recebido o pedido escrito, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental emitirá o respectivo certificado de registo num prazo não superior a dez dias, contados a partir da data da recepção do mesmo.

7. Em caso de dúvida, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental reserva-se o direito de exigir comprovação das informações fornecidas pelo interessado.

8. O certificado de registo será pago nos termos do disposto no artigo 17 do presente regulamento.

ARTIGO 14

Responsabilidade dos consultores ambientais

Os consultores credenciados para a realização de estudos de impacto ambiental são civil e criminalmente responsáveis pelas informações que forneçam no relatório do estudo do impacto ambiental.

CAPÍTULO V

Fiscalização, sanções e taxas

ARTIGO 15

Inspecção e auditoria

1. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental deverá proceder com regularidade à inspecção e fiscalização das acções de monitorização e gestão ambiental da actividade, levadas a cabo pelo proponente, com vista a garantir a qualidade do

ambiente, podendo solicitar a realização de auditoria de impacto ambiental ou realizar inspecções ambientais, quando a complexidade das questões de controlo ambiental assim o justificar.

2. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental poderá ordenar a realização de auditorias ambientais para actividades já em curso que não tenham sido submetidos ao processo de avaliação do impacto ambiental e das quais possam resultar danos para o ambiente.

ARTIGO 16

Responsabilidade por danos

1. Responderá civil e criminalmente pelas consequências e danos que tenha causado ao ambiente qualquer proponente que:

- a) Não submeter o seu projecto ou actividade ao processo prévio de licenciamento ambiental;
- b) Tendo submetido o seu estudo de avaliação do impacto ambiental, alterar substancialmente o projecto inicial sem que as alterações tenham sido aprovadas previamente pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental;
- c) Não implemente as medidas propostas no estudo e na licença ambiental.

ARTIGO 17

Taxas de licenciamento ambiental

1. Pelo licenciamento ambiental, nos termos do disposto no artigo 11, n.º 1, alínea c) e do artigo 12, n.º 2, do presente regulamento serão devidas taxas, nos termos e valores a seguir indicados:

- a) Licenciamento de projectos de valor equivalente até 1 milhão de dólares americanos 1 000 000,00 MT;
- b) Licenciamento de projectos de valor superior ao equivalente a 1 milhão de dólares americanos e até 2 milhões de dólares americanos 2 000 000,00 MT;
- c) Licenciamento de projectos de valor superior ao equivalente a 2 milhões de dólares americanos e até 10 milhões de dólares americanos 3 000 000,00 MT;
- d) Licenciamento de projectos de valor superior ao equivalente a 10 milhões de dólares americanos 5 000 000,00 MT.

2. Para efeitos de registo de consultores ambientais, nos termos do disposto no artigo 13, do presente decreto serão cobradas as seguintes taxas:

- a) Registo de consultores individuais 1 000 000,00 MT;
- b) Registo de empresas de consultoria 2 000 000,00 MT.

ARTIGO 18

Sanções

1. A obstrução ou embaraço, sem justa causa, à realização das atribuições cometidas às entidades referidas neste regulamento é punida com a pena de multa entre 5 000 000,00 MT a 20 000 000,00 MT.

2. Será punido com a pena de multa entre 5 000 000,00 MT a 20 000 000,00 MT, todo aquele que não actualize a sua licença ambiental nos termos do disposto no artigo 12 do presente regulamento.

3. Será punido com a pena de multa no valor de 5 000 000,00 MT, por exercício ilegal da actividade, todo aquele que for encontrado a exercer a actividade de consultor ambiental, sem observância do disposto no artigo 13 do presente regulamento.

ARTIGO 19

Actualização e destino dos valores cobrados

1. As taxas e multas estabelecidas no presente regulamento serão actualizadas, sempre que se mostrar necessário, por diploma ministerial conjunto dos Ministros do Plano e Finanças e da Coordenação da Acção Ambiental.

2. Os valores das taxas e multas estabelecidas no presente regulamento terão o seguinte destino:

- a) 40 % para o orçamento do Estado;
- b) 60 % para o Fundo Nacional do Ambiente.

3. Os valores das taxas e multas a que se refere o presente regulamento serão entregues na Recebedoria de Fazenda da respectiva área fiscal no mês seguinte ao da sua cobrança pela entidade competente.

Anexo

Actividades que poderão ter impactos significativos no ambiente e que requerem estudos de impacto ambiental:

1. Programas e projectos de desenvolvimento pecuário intensivo e agrários, com áreas individuais ou cumulativas superiores a 350 ha;
2. Desbravamento, parcelamento e exploração de cobertura vegetal nativa com áreas, individuais ou cumulativas, superiores a 100 ha;
3. Obras hidráulicas, tais como barragens, diques, canais, sistemas de irrigação e drenagem;
4. Linhas de transmissão de energia eléctrica de alta tensão de capacidade maior ou igual a 150KV;
5. Oleodutos, gasodutos, minerodutos e cabos submarinos de extensão maior ou igual a 25Km;
6. Sistemas de abastecimento de água e de saneamento urbano, suas condutas, estações de tratamento e sistemas de disposição de efluentes;
7. Extração, armazenamento, transporte e processamento de hidrocarbonetos e produção de derivados;
8. Exploração e processamento de minério;
9. Instalações e complexos industriais e agro-industriais, tais como: fábricas de cimento, siderúrgica e coquerias, produtos químicos, fábricas de papel e celulose, curtumes, fábrica de pesticidas; indústrias de bebidas; processamento de castanha de caju; frigoríficos, matadouros; indústrias alimentícias;
10. Centrais térmicas com uma potência instalada mínima de 300KVA;
11. Centrais hidroeléctricas com qualquer potência;
12. Portos, aeroportos, caminhos de ferro, que ocupem uma área maior ou igual a 25ha ou tenham comprimento maior ou igual a 25Km;
13. Construção de novos alinhamentos de estradas de custo unitário superior a 100 000 USD por Km;
14. Construção de novas pontes isoladas de vão igual ou superior a 250 metros.

15. Transporte, processamento, armazenamento e eliminação de produtos e resíduos tóxicos e perigosos, inclusive radioactivos;
16. Aterros, tratamento, incineração e outras formas de eliminação de lixo municipal, industrial e hospitalar;
17. Projectos de aquacultura, numa área maior ou igual a 5 ha;
18. Processamento industrial de pescado;
19. Programas e projectos que impliquem a deslocação permanente ou temporária de populações e comunidades;
20. Planos e projectos de desenvolvimento e ocupação territorial, com qualquer finalidade, inclusive turística;
21. Planos, programas e projectos que possam afectar, directa ou indirectamente, áreas sensíveis, tais como:
 - a) Barreiras de coral;
 - b) Mangal;
 - c) Florestas nativas;
 - d) Pequenas ilhas;
 - e) Zonas de erosão iminentes, inclusive dunas da orla marítima;
 - f) Zonas expostas à desertificação;
 - g) Zonas ou áreas de conservação e protecção;
 - h) Pântanos;
 - i) Zonas de habitat e ecossistemas em extinção;
 - j) Zonas de cenário único;
 - k) Zonas de valor arqueológico, histórico e cultural a preservar; zonas onde se situem espécies, vegetais ou animais ameaçada de extinção;
 - l) Águas subterrâneas usadas para consumo público;
 - m) Áreas de protecção de nascentes e mananciais de abastecimento.

Decreto n° 77/98.

de 29 de Dezembro

Em complemento das regras estabelecidas no Código IVA, aprovado pelo Decreto n° 51/98, de 29 de Setembro, torna-se necessário estabelecer mecanismos práticos para a cobrança e pagamento do Imposto.

Por outro lado, a operacionalidade do Imposto sobre o Valor Acrescentado assente no mecanismo das deduções torna inevitável o aparecimento de situações em que o sujeito passivo fica, num determinado período, em posição de credor de imposto, havendo necessidade de regulamentar tais situações, bem como casos especiais de restituição de imposto previstos no Código IVA.

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea c), do artigo 5, do Código IVA, aprovado pelo Decreto n° 51/98, de 29 de Setembro, o Conselho de Ministros, no uso das competências atribuídas pelo n°1 do artigo 10 da Lei n° 3/87, de 19 de Janeiro, decreta:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento da Cobrança, do Pagamento e do Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em anexo, que é parte integrante deste decreto.